

FORTUNATO SECURITIZADORA S.A.

Demonstrações Financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo - SP, 19 de março de 2025.

Aos acionistas da
FORTUNATO SECURITIZADORA S.A.

Senhores Acionistas,

A Administração da **FORTUNATO SECURITIZADORA S.A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao período de 31 de dezembro de 2024.

Em atendimento a instrução Art. 50 da Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2022, informamos que a empresa Audifactor Auditores Independentes S/S foi contratada pela Companhia, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações Financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2024, e não prestou, desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa.

Atenciosamente,

FORTUNATO
SECURITIZADORA S
A:21610416000100

Assinado de forma digital por
FORTUNATO SECURITIZADORA S
A:21610416000100
Dados: 2025.03.26 09:49:40 -03'00'

FORTUNATO SECURITIZADORA S.A.
Sérgio Fortunato
Diretor Presidente e Securitização

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e acionistas da:

FORTUNATO SECURITIZADORA S/A

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da FORTUNATO SECURITIZADORA S/A que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FORTUNATO SECURITIZADORA S/A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi planejada e executada considerando o contexto do mercado em que a Companhia está inserida e as mudanças ocorridas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, estão descritos abaixo.

Direitos creditórios a receber (Nota explicativa 6)

O saldo de Direitos Creditórios é utilizado como lastro na operação de securitização, sendo assim a garantia dos títulos e valores mobiliários emitidos pela companhia. Ao fim do exercício de 2024, a conta representava 98,45% (noventa e oito inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) do total do Ativo da companhia. Devido à relevância, esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de análise dos relatórios emitidos pelo sistema da companhia, realizando conferência entre os saldos contábeis e financeiros. Efetuamos o procedimento de confirmação (circularização) dos saldos de uma amostra dos clientes e confirmamos se os saldos contábeis registrados estavam de acordo com os saldos informados nas confirmações recebidas. Examinamos os contratos de emissão das debêntures, de forma a verificar se o mesmo continha cláusula de lastro com os direitos creditórios a receber. Verificamos os contratos com os clientes e os termos de cessão, analisando a taxa de juros, prazos de recebimento, forma de pagamento.

Títulos e Valores Mobiliários (Nota Explicativa 10)

A emissão e colocação de títulos e valores mobiliários é uma das etapas da securitização de créditos. Durante o exercício de 2024 a Companhia utilizou essa modalidade para atingir seus objetivos comerciais. Devido à relevância, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de análise dos relatórios de controles internos relacionados as debêntures emitidas pela Companhia. Verificamos as Escrituras de emissão das debêntures, seu registro na Junta Comercial do Estado e publicadas no diário oficial e jornal de grande circulação, analisamos suas cláusulas, prazos para resgate, valor unitário, taxa de remuneração, garantia, verificamos os procedimentos em relação ao lastro com os direitos creditórios. Efetuamos também a análise dos aportes de debêntures, em relação ao lastro da origem do valor ser em nome do debenturista e oriundo de sua conta corrente.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da Governança Pelas Demonstrações Financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança

razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria planejando os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau-SC, 20 de março de 2025.

Audifactor Auditores Independentes S/S
CRC/PR 005560/O-1 T-SC "S" SP
Sidení Moratelli – Sócio Responsável
Contador – CRC/SC – 19.206/O-7 "S" SP

Audifactor Auditores Independentes S/S
CRC/PR 005560/O-1 T-SC "S" SP
Juliano dos Santos Machado – Sócio
Contador – CRC/PR 051.229/O-8 "S" SP

Balanco Patrimonial dos Períodos Findos em:
(Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	204.697	694.759
Direitos creditórios a receber	6	13.530.358	12.050.407
Total do Ativo Circulante		13.735.055	12.745.166
Ativo Não Circulante			
Imobilizado	7	7.861	10.895
Total Do Ativo Não Circulante		7.861	10.895
Total do Ativo		13.742.916	12.756.061
PASSIVO			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo Circulante			
Obrigações tributárias	8	22.539	23.591
Obrigações trabalhistas e sociais	9	32.719	64.187
Total do Passivo Circulante		55.258	87.778
Passivo Não Circulante			
Dividendos a Pagar		144.418	
Títulos e valores mobiliários	10	13.022.657	12.098.784
Total do Passivo Não Circulante		13.167.075	12.098.784
Patrimônio Líquido			
	11		
Capital social		500.000	500.000
Reserva legal		20.583	15.807
Reserva de Lucros			53.692
Total do Patrimônio Líquido		520.583	569.499
Total do Passivo		13.742.916	12.756.061

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em:

(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de Securitização		3.507.032	3.651.399
Receita de Serviço		14.460	21.900
(-) Custo de captação		(2.391.501)	(2.703.925)
(-) Deduções da receita		(97.050)	(96.855)
Receita operacional líquida		1.032.941	872.519
Lucro bruto		1.032.941	872.519
Despesas com pessoal		(968.538)	(924.449)
Despesas gerais e administrativas		(834.877)	(565.954)
Total das despesas operacionais		(1.803.415)	(1.490.403)
Lucro antes do Resultado Financeiro	12	(770.474)	(617.884)
Despesas financeiras		(43.757)	(313.222)
Receitas financeiras		820.230	1.089.965
Resultado financeiro líquido	13	776.473	776.743
Resultado Operacional Líquido		5.999	158.859
Outras Receitas Não Operacionais		120.919	
Resultado antes das provisões		126.918	158.859
(-) Provisão para imposto de renda		(19.993)	(28.413)
(-) Provisão para contribuição social		(11.422)	(14.297)
Lucro Líquido do Período		95.503	116.149

Demonstração do Resultado Abrangente dos Períodos Findos em:

(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado Líquido do Período	95.503	116.149
Outros Resultados Abrangentes		
Resultado Abrangente do Período	95.503	116.149

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Períodos Findos em:

(Valores expressos em reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>AFAC</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Reserva de Lucros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	50.000	450.000	10.000	45.643	555.643
Distribuição de Dividendos				(102.293)	(102.293)
Integralização de Capital	450.000	(450.000)			
Constituição de reserva legal			5.807	(5.807)	
Resultado do período				116.149	116.149
Saldo em 31 de dezembro de 2023	500.000	-	15.807	53.692	569.499
Resultado do Período				95.503	95.503
Constituição de reserva legal			4.776	(4.776)	
Dividendos a pagar				(144.419)	(144.419)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	500.000	-	20.583	-	520.583

Demonstração do Fluxo de Caixa dos Períodos Findos em:

(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido antes do IRPJ e CSLL	126.918	158.859
Ajustado por:		
- Remuneração de Debêntures	2.391.501	2.703.925
- Depreciação e amortização do exercício	3.034	3.305
	2.521.453	2.866.089
(Aumento)/Diminuição das Contas Ativas		
- Direitos creditórios a receber	(1.479.951)	(1.131.110)
- Outros créditos		98.293
Aumento/(Diminuição) das Contas Passivas		
- Obrigações com fornecedores		(8.079)
- Obrigações Tributárias (exceto IR e CS)	(9.824)	11.253
- Obrigações sociais e trabalhistas	(31.468)	(15.039)
Caixa proveniente/(usado) nas Operações	1.000.210	1.821.407
- Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(22.644)	(52.309)
Caixa Líquido Usado nas Atividades Operacionais	977.566	1.769.098
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
- Resgate de Debêntures	(1.467.628)	(1.107.583)
- Pagamento de dividendos		(102.293)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	(1.467.628)	(1.209.876)
Aumento/(Diminuição) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(490.062)	559.222
Caixa E Equivalentes De Caixa No Início Do Período	694.759	135.537
Caixa E Equivalentes De Caixa No Fim Do Período	204.697	694.759

Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios Findos em:

(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
I - RECEITA	3.642.411	3.673.299
I.1 - Receita com securitização	3.507.032	3.651.399
I.2 - Receita com prestação de serviços	14.460	21.900
I.3 - Outras receitas	120.919	
II - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	691.167	487.348
III - VALOR ADICIONADO BRUTO	2.951.244	3.185.951
IV - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	3.034	3.305
V - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	2.948.210	3.182.646
VI - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	820.230	1.089.965
VI.1 - Receitas Financeiras	820.230	1.089.965
VII - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	3.768.440	4.272.611
VIII - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	3.768.440	4.272.611
VIII.1 - Pessoal	968.537	812.954
VIII.2 - Impostos, taxas e contribuições	128.466	322.535
VIII.3 - Remuneração de capitais de terceiros	2.575.934	3.020.973
VIII.4 - Remuneração de capitais próprios	95.503	116.149

**Notas Explicativas Às Demonstrações Financeiras do Período Findo em 31 de
Dezembro de 2024.**

1. Contexto Operacional

A Fortunato Securitizadora S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 29 de outubro de 2014 e tem como objetivo social (I) securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; (II) emissão e colocação no mercado privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos, valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários (“CRI”); (III) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de títulos e valores mobiliários; (IV) prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações no mercado secundário de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; (V) Emissão de Debêntures em regime de distribuição pública ou privada na forma da Lei 6.404/76, (VI) realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos. Os possíveis riscos de não liquidação destas operações, são de responsabilidade dos investidores em sua totalidade. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Moema, 87, Bloco A Conjunto 61 e 62, Comercial Casa Blanca, bairro Moema, CEP: 04.077-020, inscrita no CNPJ sob o Nº 21.610.416/0001-00.

Contabilidade terceirizada: Os administradores da Companhia optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Assim, a administração da companhia declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da companhia em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da companhia, respondendo esta, pela veracidade, integralidade e procedência. A administração encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante a

Lei 11.101/2005 que informa o contribuinte das suas responsabilidades quanto as documentações e procedimentos. A responsabilidade profissional do contabilista, que referenda estas demonstrações financeiras, está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da companhia a este profissional.

2. Riscos

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 Risco de liquidez

Risco de Liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com as obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos em um montante equivalente as saídas de caixa para liquidação de seus passivos e obrigações de curto prazo.

2.3 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.4 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.5 Risco fiscal:

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2025 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.6 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2025, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.7 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.8 Direitos Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.9 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

2.10 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Conseqüentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

3. *Apresentação Das Demonstrações Financeiras*

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras, que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao Pronunciamento Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – CPC 00 – e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 estão de acordo com as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial pela NBC TG 26 (R5) e incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações financeiras.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias registradas na CVM.

A Companhia elaborou o seguinte conjunto de Demonstrações financeiras, conforme previsto no item nº 10 da NBC TG 26 (R5): Balanço Patrimonial – BP; Demonstração do Resultado do Exercício – DRE; Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL; Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC e Demonstração do Valor Acumulado – DVA. Em todas as demonstrações foram apresentados os saldos do final do exercício, bem como do final do exercício anterior para fins de comparabilidade.

Dentre os Pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, destacamos:

CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro

CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos

CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa

CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado

CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

CPC 24 – Evento subsequente

CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações financeiras

CPC 27 (R1) – Ativo imobilizado

CPC 32 – Tributos sobre o Lucro

CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Continuidade: A administração concluiu não haver incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado. As demonstrações financeiras foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e assim irá manter-se, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações financeiras, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4. Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia, conforme critérios previstos nos itens 9 a 14 da NBC TG 02 (R3) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.2 Reconhecimento de receita

i. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. **Receita de securitização**

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4 Impostos e contribuições

i. **Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes**

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 60.000 por trimestre e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. **Imposto sobre serviços, Pis e Cofins**

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º

e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **Companhias Securitizadoras de Crédito**.

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: NBC TG 39 (R5), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura

econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Lei Nº 9.430/1996, Art. 9º, § 7º, Lei 13.097/2017, Art. 8º e na Instrução Normativa RFB Nº 1.700 de 14 de março de 2017 em seu art. 71.

4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado em bases confiáveis. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

4.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11 Imobilizado

A política de reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado foi construída pela empresa a partir das diretrizes da NBC TG 27 (R4) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O reconhecimento se deu pelo valor do custo de aquisição ou construção, acrescido quando aplicável de juros durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados

imobilizados os ativos tangíveis que são mantidos para uso ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa assumia substancialmente os riscos, os benefícios e o controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto de o imobilizado estar em condições de uso. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem e o valor residual.

4.12 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance.

A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.13 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.14 Eventos Subsequentes

A Administração da Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar

significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	10.994	74
Bancos Conta Movimento	2	11
Aplicações de Liquidez Imediata	193.701	694.674
Total Caixas e Equivalentes de Caixa	204.697	694.759

6. Direitos Creditórios a Receber

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços sem aquisição substancial de riscos e benefícios. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de

propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Administração da Companhia definiu com base na Escritura das Debêntures que os direitos creditórios associados as debêntures enquadram-se nas “Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios”.

- a) Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações sem aquisição substancial de riscos estão representadas por:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Direitos Creditórios a receber	21.516.066	20.401.349
(-) Créditos vencidos e não liquidados	(7.985.708)	(8.350.942)
Total de Direitos Creditórios	13.530.358	12.050.407

- b) Posição por vencimento em dias da carteira de direitos creditórios:

Vencimentos	Vencidos	A Vencer
até 30 dias	382.232	4.019.498
31 e 60 dias	299.567	1.690.796
61 e 90 dias	560.955	1.269.553
91 e 120 dias	99.014	157.163
121 e 150 dias	242.128	380.142
151 a 180 dias	511.318	857.755
Acima de 180 dias	10.288.929	757.016
PECLD	(7.985.708)	
	4.398.435	9.131.923
		13.530.358

7. Imobilizado

A conta de “imobilizado” está composta por:

Descrição	Taxa	31/12/2024			31/12/2023
		Custo	Depreciação	Residual	Residual
Móveis e utensílios	10%	16.831	(11.228)	5.603	7.350
Equipamentos de escritório	20%	24.260	(22.002)	2.258	3.545
Total do Imobilizado		41.091	(33.230)	7.861	10.895

8. Obrigações Tributárias

A conta de “Obrigações tributárias” refere-se aos impostos a pagar pela companhia e estão relacionados da seguinte forma:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
PIS a recolher	670	1.066
COFINS a recolher	4.123	6.561
Outras contas	5.956	5.240
ISS a recolher	46	65
IRPJ a recolher	7.340	1.858
CSLL a recolher	4.404	1.115
IRRF s/ Terceiros		7.315
Retenção 4,65%		371
Total Obrigações Tributárias	22.539	23.591

9. Obrigações Trabalhistas e Sociais

A conta “Obrigações trabalhistas e sociais” referem-se aos tributos sobre folha de pagamentos dos funcionários e está assim relacionada:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
FGTS a recolher	1.641	1.405
Salários		32.157
INSS a recolher	20.083	20.276
Prov. Férias e 13º Salário	7.950	8.203
INSS e FGTS s/ provisões	3.045	2.146
Total Obrigações Trabalhistas	32.719	64.187

10. Títulos e Valores Mobiliários

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão privada de debêntures, em 16 de março de 2015, onde foram emitidas 600 (seiscentas) debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), realizada em 3 (três) séries, com as seguintes características:

- As debêntures da 1ª série são de classe subordinada, composta de 200 (duzentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 110% (cento e dez por cento) do CDI.
- As debêntures da 2ª série são de classe subordinada, composta de 200 (duzentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 130% (cento e trinta por cento) do CDI.
- As debêntures da 3ª série são de classe subordinada, composta de 200 (duzentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 150% (cento e cinquenta por cento) do CDI.

A Companhia realizou a 2ª (segunda) emissão privada de debêntures, em 21 de agosto de 2015, onde foram emitidas 300 (trezentas) debêntures simples da espécie subordinada não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), realizada em série única. As debêntures desta emissão terão validade de 120 (cento e vinte) meses, ou seja, vencerão no dia 04 de agosto de 2025, data em que a emissora se obriga a proceder ao pagamento das debêntures. A base de remuneração do valor unitário das debêntures fará jus à remuneração de 110% (cento e dez por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (“DI”) de um dia, “over extra-grupo”, expressa na forma

de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP.

A Companhia realizou a 3ª (terceira) emissão privada de debêntures, em 16 de janeiro de 2018, onde foram emitidas 100 (cem) debêntures simples da espécie subordinada não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), realizada em série única. As debêntures desta emissão terão validade de 120 (cento e vinte) meses, ou seja, vencerão no dia 15 de janeiro de 2028, data em que a emissora se obriga a proceder ao pagamento das debêntures. A base de remuneração do valor unitário das debêntures fará jus à remuneração de 150% (cento e cinquenta por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (“DI”) de um dia, “over extra-grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP.

De acordo com as características supracitadas, as debêntures estão assim relacionadas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Emissão de debêntures	8.095.944	8.571.378
Remuneração de debêntures	11.497.864	10.098.557
(-) Provisão para Perdas com Debêntures	(6.571.151)	(6.571.151)
Total Títulos e Valores Mobiliários	13.022.657	12.098.784

11. Patrimônio Líquido

Capital social – O capital social totalmente integralizado é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), representado por 500.000 (quinhentas mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Reserva legal – A reserva legal constituída está dentro do limite de 20% não excedendo o capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 27, § 1º, letra (a) do estatuto social da Companhia.

Lucro do Exercício - Após o encerramento do período, a companhia apurou um lucro de R\$ 95.502,57 (noventa e cinco mil, quinhentos e dois reais e cinquenta e sete

centavos). Do total desse lucro, 5% dele, ou seja, R\$ 4.775,13 (quatro mil, setecentos e setenta e cinco reais e treze centavos) foram destinados à Reserva Legal e o restante foi para distribuição de dividendos. Havia ainda um saldo de Reserva de lucros que também foram destinados a distribuição de dividendos, sendo que os dividendos a pagar totalizaram R\$ 144.418,38 (cento e quarenta e quatro mil, quatrocentos e dezoito reais e trinta e oito centavos).

12. Resultado operacional líquido

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas as despesas operacionais, composto por:

Descrição (em reais)	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Operacionais	1.032.941	872.519
Receita de deságio	3.507.032	3.651.399
Receita de prestação de serviço	14.460	21.900
(-) Custo de captação	(2.391.501)	(2.703.925)
(-) COFINS	(82.861)	(82.374)
(-) PIS	(13.465)	(13.386)
(-) ISS	(724)	(1.095)
Despesas Operacionais	(1.803.415)	(1.490.403)
Despesas com Pessoal	(968.538)	(924.449)
Despesas Gerais e Administrativas	(834.877)	(565.954)
Resultado Operacional Líquido	(770.474)	(617.884)

13. Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas as despesas financeiras, composto por:

Descrição (em reais)	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Financeiras	820.230	1.089.965
Acréscimo de recebimentos	121.783	95.641
Receita de aplicações	67.729	
Outras receitas financeiras	630.718	994.324
Despesas Financeiras	(43.757)	(313.222)
Despesas bancárias	(43.757)	(104.839)
Multas e Juros s/ Impostos		(1.065)
Despesa com devedores Nac		(207.318)
Resultado Financeiro Líquido	776.473	776.743

14. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Sociedade estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, direitos creditórios a receber e títulos e valores mobiliários, realizado em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras considerando-se os critérios descritos no item 2.

Valorização dos instrumentos financeiros:

O principal instrumento financeiro ativo em 31 de dezembro de 2024, bem como os critérios para sua valorização, está descrito a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias.

Direitos Creditórios a receber (nota 6): são avaliados no momento inicial pelo valor de face dos títulos adquiridos.

Títulos e valores mobiliários (nota 10): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo – SP, 19 de março de 2025.

SERGIO
FORTUNATO:01401476830
0

Assinado de forma digital por
SERGIO FORTUNATO:01401476830
Dados: 2025.03.27 12:02:43 -03'00'

Sérgio Fortunato
Diretor Presidente e Securitização

MARIA ERAYDE CASTRO
FORTUNATO:31379607892

Assinado de forma digital por MARIA ERAYDE
CASTRO FORTUNATO:31379607892
Dados: 2025.03.27 12:03:09 -03'00'

Maria Erayde Castro Fortunato
Diretora Compliance

DOMINGOS
LARUCCIA:86013483868

Assinado de forma digital por
DOMINGOS
LARUCCIA:86013483868
Dados: 2025.03.26 09:52:02 -03'00'

Domingos Laruccia
Contador – CRC/SP 119167/O

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, **Sérgio Fortunato**, brasileiro, engenheiro químico, casado sob o regime de comunhão universal de bens, portador da cédula de identidade RG nº 5.035.048-1 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 014.014.768-30, residente e domiciliado a rua Agente Gomes, 258 apto. 202, bairro Jardim, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP: 02040-090, **Diretor Presidente/ Diretor de Securitização da FORTUNATO SECURITIZADORA S.A.**, sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Moema, 87 Bloco A, Conjunto 61 e 62, Comercial Casa Blanca, CEP: 04.077-020, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.610.416/0001-00, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob NIRE 35300474210, **DECLARA** (i) ter revisto e discutido com os demais administradores da Companhia, concordando integralmente com as demonstrações financeiras do período de 31 de dezembro de 2024; e (ii) que concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia de 20 de março de 2025.

São Paulo - SP, 20 de março de 2025.

SERGIO
FORTUNATO:01401476830

Assinado de forma digital por
SERGIO FORTUNATO:01401476830
Dados: 2025.03.27 12:03:34 -03'00'

Sérgio Fortunato

Diretor Presidente e Diretor de Securitização

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, **Maria Erayde Castro Fortunato**, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, contadora, portadora da Carteira de Identidade nº 9.945.522-5-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 313.796.078-92, residente e domiciliada a rua Agente Gomes, 258 apto. 202, bairro Jardim, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP: 02040-090, **Diretora de Compliance** da **FORTUNATO SECURITIZADORA S.A.**, sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Moema, 87 Bloco A, Conjunto 61 e 62, Comercial Casa Blanca, CEP: 04.077-020, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.610.416/0001-00, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob NIRE 35.300.47421-0 **DECLARA** (i) ter revisto e discutido com os demais administradores da Companhia, concordando integralmente com as demonstrações financeiras do período de 31 de dezembro de 2024; e (ii) que concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia de 20 de março de 2025.

São Paulo - SP, 20 de março de 2025.

MARIA ERAYDE CASTRO  Assinado de forma digital por MARIA ERAYDE CASTRO FORTUNATO:31379607892
FORTUNATO:31379607892 Dados: 2025.03.27 12:03:50 -03'00'

Maria Erayde Castro Fortunato

Diretora de Compliance